

## TEXTO PROPOSITIVO

### MÓDULO I – PERFIL INSTITUCIONAL

Este TEXTO PROPOSITIVO sucede a Sessão Presencial havida em 30/09/10. Ele associa o Documento-base, antes disponibilizado, às manifestações havidas antes e durante a Sessão. Trata-se, então, de uma versão mais próxima daquela que constituirá o PDI, mas ainda receptiva a ajustes. NOVAS CONTRIBUIÇÕES CONTINUAM BEM-VINDAS: obséquio encaminhá-las ainda em outubro para ptchaves@ufpr.br, cópia francineballin@gmail.com.

Compareceram à Sessão Presencial discentes ou servidores docentes e técnico-administrativos (total: 31). Abertura: Prof. Dr Rogério Mulinari – Vice-Reitor. Demais presentes: Nadia G Gonçalves, Miriam E M Angelucci, Rosa Maria Zagonel, Marilene Reimer, Daniel Ikenaga, Lúcia M<sup>a</sup> Bueno Mion, Maria Emilia D.V.D. Heyde, Maria Amelia Sabbag Zainko, Maria Lucia Accioly Pinto, Carlos Mitsuru Murasse, Cleison Luiz de Oliveira, Gilberto de Castro, Maria C Rosato, Carla Tratz, Priscila S. Araujo, Ligia Eliana Setenareski, Ana Paula Ckroh Eilers, Keteli Wizenffat, Andréa R Caldas, Nelva M<sup>a</sup> Zibetti Sganzerla, Marilete Loewen Wall, Veronica de Azevedo Mazza, Maria de Fátima Mantovani, Juliana Korpinski, Fábio Marglino, Douglas C. Fróis, Elenice Novak, Rita de Cássia Lopes, José Ricardo Vargas de Faria, Paulo T. Chaves e Francine Ballin da Silva. Onde, quando: Auditório PRPPG-PRA, 30/09/10, de 14h a 16h30min.

#### 1.1 – Missão

Contribuir com o desenvolvimento sustentável, priorizando a formação continuada do profissional-cidadão e produzindo, socializando e apropriando o conhecimento de forma articulada com a Sociedade, sendo referência no Paraná. [Parágrafo alterado de posição em relação ao Documento-base]

Contribuição pós Sessão Presencial: “Formação acadêmica com excelência”

#### A Educação Superior como direito humano na UFPR

A Educação Superior como direito humano e bem público e social deve ser considerada como parte de um processo de formação que tem início na Educação Infantil e que se prolonga até a Pós-Graduação, formando, além do profissional, o cidadão consciente.

#### A Expansão da Educação Superior

A democratização do acesso a Educação Superior preconizada pelas Conferências Mundiais de Educação Superior, organizadas pela UNESCO tem se constituído em preocupação dos governos no continente latino-americano e caribenho. A Educação Superior na América Latina cuja taxa média de atendimento da população em idade própria é de cerca de 35% ainda carece de muitos investimentos para que realmente seja possível uma significativa expansão do atendimento na perspectiva de ter a educação superior como um direito humano, bem público e social.

A política de expansão da Educação Superior no Brasil tem sido objeto de estudo de muitos educadores. Publicações enfatizam que sua análise não pode deixar de considerar as metas traçadas no Plano Nacional de Educação – PNE que estabelecem os compromissos de matricular 30% da população da faixa etária apropriada, ou seja 18 a 24 anos, até 2011 e de ter 40% das matrículas em instituições de educação superior públicas. A meta não pode ser atingida no período de vigência do PNE, não obstante a expansão da Educação Superior no País. O novo PNE mantém a previsão de atingimento das metas até o ano 2020.

52 Historicamente e em especial nas últimas quatro décadas, a Educação Superior  
53 no Brasil passou por duas fases de forte expansão. A primeira delas coincidiu  
54 exatamente com o período militar. De 1964 a 1980, o número de matrículas nesse  
55 nível de ensino aumentou quase dez vezes. Contraditoriamente, no período  
56 subsequente, de abertura política e redemocratização do país (1980-1995), o sistema  
57 apresentou um crescimento meramente vegetativo.

58 Em 1980, havia 882 instituições de Ensino Superior no país. Em 1995, apenas  
59 12 instituições tinham se agregado ao sistema, contabilizando um modesto  
60 crescimento de 1.36% no período (MACEDO, 2005, p. 3).

61 A segunda fase de forte expansão se iniciou a partir de 1996. Em uma década  
62 (1996-2007), segundo dados do Censo da Educação Superior 2007, outras 1387  
63 novas escolas de nível superior foram criadas. O aumento do número de instituições  
64 desencadeou uma elevação do número de matrículas, que chegaram a 4.880.381  
65 alunos matriculados em 2007. Porém esse crescimento se deu majoritariamente na  
66 educação superior privada de tal sorte de desse total 25,4% das matrículas são em  
67 instituições públicas e 74,6% em instituições privadas. O ano de 1996, com a  
68 aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e com a criação dos Centros  
69 Universitários como uma nova forma de organização acadêmica, inaugurou uma nova  
70 fase da história da educação superior no Brasil. A partir desse ano, o sistema privado  
71 começou a se expandir numa velocidade inédita.

72 Tem-se hoje, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2007, um  
73 sistema em expansão com 89% das Instituições privadas e configuradas como de  
74 pequeno porte, sendo 8% de Universidades e 92% de outras organizações  
75 acadêmicas, o que define um sistema de Educação Superior diversificado, mas não  
76 universitário.

77 Apesar do setor público (rede municipal, estadual e federal) ter ampliado  
78 consideravelmente o número de matrículas a partir de 1996, a grande contribuição  
79 para a ampliação do sistema foi dada pela iniciativa privada. O esforço realizado pelas  
80 instituições federais para aumentar a oferta de vagas, a partir da segunda metade da  
81 década de 1990, ocorreu a despeito da falta de investimentos do Estado brasileiro na  
82 educação superior pública.

83 Com a proposta de fazer das metas do PNE uma realidade o Governo Federal  
84 realizou desde 2003 um importante movimento de recuperação do orçamento das  
85 universidades federais e em 2007 deu início a um vigoroso processo de expansão,  
86 com a implantação de novas unidades acadêmicas, distribuídas por todo o território  
87 nacional, e a criação de novas universidades. Denominado de REUNI, reestruturação  
88 das Universidades o programa de expansão em vigência em termos orçamentários,  
89 considerando-se os recursos do Tesouro na dotação inicial de 2007, promoveu um  
90 aumento global de 31,5% em termos reais quando comparados à execução  
91 orçamentária de 2002. Nesse período, o investimento nas universidades aumentou  
92 905%, o custeio teve um aumento de 63,5%, e houve um acréscimo de 21,9% em  
93 pessoal. Por meio do REUNI o Ministério da Educação reafirma seu compromisso com  
94 a universidade pública, gratuita e de qualidade.

95 Com uma taxa de escolarização bruta de 21,6% da população na faixa etária  
96 de 18 a 24 anos e com uma taxa de escolarização líquida de 12,9% há muito ainda a  
97 ser feito para o alcance das metas do PNE, em especial no seu próximo período de  
98 vigência. Por isso, não obstante sua oportunidade e pertinência, a expansão do  
99 sistema público federal de educação superior deve estar associada a reestruturações  
100 acadêmicas e curriculares que proporcionem maior mobilidade estudantil, trajetórias  
101 de formação flexíveis, redução das taxas de evasão, utilização adequada dos recursos  
102 humanos e materiais colocados à disposição das universidades federais.

103 Este movimento visa consolidar e aperfeiçoar o sistema público de educação  
104 superior, com destaque para a revisão de currículos e projetos acadêmicos visando  
105 flexibilizar e melhorar a qualidade da educação superior, bem como proporcionar aos  
106 estudantes formação multi e interdisciplinares, humanista e o desenvolvimento do  
107 espírito crítico.

108 A Conferência Mundial de Educação Superior realizada em Paris no período 5 a  
109 8 de julho de 2009 apontou como novo papel da Universidade na realidade atual o de

110 estar comprometida com o desenvolvimento econômico, social e humano das  
111 sociedades.

112 'Há muito a fazer e creio que a declaração final da CMES 2009  
113 nos orienta a princípios e valores coerentes para enfrentar os  
114 desafios atuais, a partir da perspectiva de cooperação  
115 internacional solidária' (CMES, CARVALHO, 2009)

116 A CMES 2009 enfatiza assim a necessidade de compartilhar os avanços, as  
117 experiências, programas e projetos reforçando a integração e promovendo a  
118 cooperação entre todos os países. Presente à reunião, o Ministro da Educação do  
119 Brasil reforçou que "temos que impedir o progresso da tendência à privatização do  
120 ensino superior, mas sem excluir alianças com o setor privado, que deve também ser  
121 objeto de rigorosa avaliação".

122 Os representantes da América Latina e Caribe mantiveram-se unidos em defesa  
123 de princípios importantes para o futuro da educação superior no continente. Um  
124 desses princípios é o de considerar o ensino superior como um bem público e um  
125 direito humano fundamental.

126

127 [Próximo parágrafo e alguns dos subsequentes: sintetizados em relação ao  
128 Documento-base, reduzindo-se – mas não eliminando-se – citações diretas.]

129

130 No plano dos desafios para o Ensino Superior na América Latina face à crise  
131 econômica mundial, manifesta-se o receio de impactos consequentes da crise  
132 econômica mundial havida ao final da primeira década deste milênio. Exorta-se,  
133 então, que o orçamento da Educação siga regras invioláveis, como outros elementos  
134 que não correm o risco de corte orçamentário. Ademais, avança-se para um novo tipo  
135 de instituição de Ensino Superior, com dimensão empreendedora mas também de  
136 serviço público, com capacidade de desenvolvimento e inovação. É nesse sentido que  
137 ganha destaque a formação de professores e assistimos a um regresso da questão ao  
138 centro das preocupações educativas, pois são eles os maiores responsáveis pela  
139 transformação demandada pela Educação Superior. O educador português Antonio  
140 Nóvoa ao se manifestar sobre a formação de professores assegura que: " os  
141 professores reaparecem, neste início de século XXI, como elementos insubstituíveis  
142 não só na promoção das aprendizagens, mas também na construção de processos de  
143 inclusão que respondam aos desafios da diversidade e no desenvolvimento de  
144 métodos apropriados de utilização das novas tecnologias." (NÓVOA, 2009)

145

146

## 147 **1.2 – Histórico de implantação e desenvolvimento da Instituição**

148

### 149 **Ensino Superior no Paraná - aspectos históricos**

150

151 No Paraná, diferentemente do que acontecia nos centros maiores do país no  
152 início do Século XX, o contexto exigiu que a primeira instituição de Educação Superior  
153 não fosse uma faculdade isolada, mas uma universidade. Os fatos que levaram, em  
154 final do século XIX, um estado tão novo na Federação, que até há pouco tempo havia  
155 sido Comarca de São Paulo, a desenvolver e levar a termo a idéia da criação de uma  
156 universidade, são relatados principalmente por Wachowicz (1983), Westphalen  
157 (1987), Moreira (2002) e Faraco (2002), autores que fundamentam os dados  
158 históricos da fundação e instalação da Universidade do Paraná.

159

160 Os antecedentes remontam às históricas lutas pelas terras, que marcaram a  
161 ocupação do território paranaense. Uma das mais ferrenhas ocorreu por problemas  
162 fronteiriços com Santa Catarina, no início do século XX, sobre o território que ficou  
163 conhecido como *Contestado*. A situação foi agravada pela concessão de terras a  
164 estrangeiros construtores de ferrovias na região. Wachowicz defende a tese de que  
165 essa questão está, de alguma forma, articulada à idéia de criação da Universidade do  
Paraná.

166 Durante a questão do Contestado, um dos políticos que demonstrara maior  
167 sensibilidade pela causa paranaense havia sido Vitor Ferreira do Amaral, médico,  
168 representante da elite campeira. Sua atuação nesse processo o levou à conclusão de  
169 que faltava ao Paraná “massa crítica” para defender suas causas. Para comprovar essa  
170 hipótese, realizou pessoalmente, no início do século, um levantamento dos  
171 paranaenses formados, e constatou que havia nove médicos, quatro engenheiros e um  
172 número [não registrado] mais significativo de bacharéis em Direito.

173 A partir desses dados, esse político definiu que se impunha ao Paraná “a  
174 necessidade da criação do ensino superior”.

175 O estado contava com um fato antecedente nesse campo: a tentativa de  
176 Rocha Pombo, em 1891, de criar, sozinho, uma universidade. Para isso obteve  
177 autorização pela Lei nº 93 do Congresso Legislativo Estadual, em 1892. Porém tal  
178 iniciativa não passou do lançamento da pedra fundamental. (WESTPHALEN, 1987, p.  
179 9). Esse projeto não foi além por pressão do movimento em favor do federalismo  
180 educacional. Assim, sem conseguir o apoio dos políticos locais e federais, o autor  
181 acabou desistindo da idéia.

182 É interessante ressaltar que, ao contrário da tendência nacional de criação de  
183 faculdades isoladas, no Paraná só foram criadas cinco escolas desse tipo, entre 1918 e  
184 1942, portanto, após a Universidade, que data de 1912. Os historiadores expõem os  
185 fatos que levaram à criação da Instituição: a maioria da elite paranaense não  
186 constituía-se de famílias muito abastadas: “De cada 50 alunos que se habilitavam a  
187 ingressar num estabelecimento superior, apenas meia dúzia teria recursos para viver  
188 longe da família”. (Wachowicz, 1983 - p. 33). Assim, “(...) criar um curso superior em  
189 Curitiba não satisfazia, ao contrário, causava mais problemas. Uma universidade seria  
190 a solução. Dentro de instituição de tal natureza, a mocidade poderia estudar *a matéria*  
191 *que lhe pareça de proveito e se preparar para as lutas da vida*”. (Ibid. p. 34, grifos do  
192 autor).

193 A idéia de Educação Superior foi a de garantir uma cultura geral, subsidiando a  
194 ação no mundo do trabalho. Haja vista que Vitor Ferreira do Amaral defendia a  
195 formação em cursos superiores como fundamento para o exercício de qualquer  
196 atividade profissional. Evidencia-se a idéia de se criar uma universidade para difundir  
197 conhecimento, se não para as “massas” em geral, pelo menos para uma classe média,  
198 que aqui preponderava. Seria uma universidade “que segundo jornal da época  
199 formaria ‘o homem que sabe, em oposição ao homem que finge saber’” (MOREIRA,  
200 2002 p. 9).

201 Assim, o “modelo” de universidade pretendido ainda não incluía a pesquisa.  
202 Tratava-se de promover o ensino para paranaenses, mas com um conteúdo  
203 fundamentado mais em formação básica geral do que especificamente  
204 profissionalizante. Talvez se possa inferir que o cunho moral, de formação do cidadão  
205 culto, aproxima de alguma forma essa instituição, em seus primeiros tempos, do  
206 modelo inglês.

207 Paralelamente ao grupo liderado por Vitor F. do Amaral, havia surgido outro,  
208 que defendia, também, a criação da universidade paranaense. Esse tinha um de seus  
209 expoentes na pessoa do militar positivista Nilo Cairo. A união desses dois grupos  
210 possibilitou a criação da universidade cujo respaldo legal foi dado pela Lei Rivadávia  
211 Correia, de 1911, que desoficializou e liberou o ensino superior no país, possibilitando  
212 a abertura das universidades que Cunha chama de “passageiras” (1980, p. 202).

213 Nesse contexto foi fundada e instalada a Universidade. Os primeiros cursos  
214 ofertados foram: Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Medicina e Cirurgia,  
215 Comércio, Odontologia, Farmácia e Obstetrícia. Vitor Ferreira do Amaral foi seu  
216 primeiro reitor (permanecendo no cargo, mesmo que simbolicamente, até 1948).

217 Apesar do inegável crescimento em termos de quantidade e qualidade do  
218 sistema de Ensino Superior no Paraná, diversos fatores contribuíram para que,  
219 acompanhando a tendência nacional à expansão, esta acontecesse prioritariamente no  
220 setor privado. Durante muito tempo o Paraná foi um dos Estados menos privilegiados  
221 pelo Governo Federal em termos de instituições de ensino superior públicas. Com a  
222 criação das duas novas universidades federais – a UNILA e a Fronteira Sul – e a  
223 criação do IFPR, houve o aumento da presença federal no Estado. Em 2004 o Censo

224 da Educação Superior contabilizava 158 Instituições, sendo 22 públicas (número que  
225 se mantém constante desde 1999) e 136 instituições privadas. O Censo de 2007  
226 apontava 183 Instituições sendo 22 públicas e 161 privadas, número esse aumentado  
227 em 2008, com a criação do IFPR, em 2009 com a criação da Fronteira Sul, e em 2010  
228 com a UNILA.

229

230

### Desenvolver: a UFPR no contexto do Ensino Superior Público no Paraná.

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

Hoje a UFPR está presente em todas as regiões do Estado, por seus *campi* Centro, Agrárias, Centro Politécnico e Jardim Botânico (Curitiba), Palotina (Palotina), Litoral (Matinhos) e Pontal do Sul/Centro de Estudos do Mar (Pontal do Paraná), e *campi* avançados Fazendas Experimentais Canguiri (Quatro Barras), Rio Negro e São João do Triunfo (Rio Negro), Paranavaí (Paranavaí) e Bandeirantes (Bandeirantes). Essas 12 unidades, somadas ao Museu de Arqueologia e Etnologia (Paranaguá) e ao antigo Prédio da Rede Ferroviária Federal, hoje em reforma, totalizaram em 2011 uma área de aproximadamente xxx.yyy.zzz m<sup>2</sup> em edificações prediais. Estão também associados à UFPR três Hospitais Universitários, todos em Curitiba: o Hospital de Clínicas, a Maternidade Victor Ferreira do Amaral e o Hospital do Trabalhador, numa área de 65.132m<sup>2</sup> em edificações. Esses hospitais associam a prestação de serviços à população, principalmente nos procedimentos de alta complexidade, à formação de Recursos Humanos em saúde, como requer a uma instituição universitária. Resultam, assim, nove milhões de metros quadrados de área total (incluindo a não-edificada) e uma Comunidade de 48 mil pessoas entre discentes e servidores. [Parágrafo alterado de posição em relação ao Documento-base]

250

## Cenários e Perspectivas

251

252

### No campo das políticas públicas

253

254

255

256

As diretrizes da política acadêmica em desenvolvimento nas universidades, em especial nas universidades públicas, requerem a aceitação tácita de que tanto na graduação, como na pós-graduação as tendências internacionais exercem influência significativa no fazer acadêmico.

257

258

259

260

261

O Século XXI acentuou enormemente a importância do contexto mundial, de tal sorte que hoje os estudiosos das questões acadêmicas destacam em seus estudos e investigações as consequências da “mundialização” sobre os processos de formação na educação superior, que não podem mais ser pensados nos limites das fronteiras nacionais.

262

263

264

265

266

267

268

269

270

O exemplo do movimento de revisão desencadeado na Europa a partir do Processo de Bolonha implantado em 1999 e que ao completar 10 anos apresenta reflexões importantes sobre os resultados possíveis na reconfiguração de sistemas de educação superior com exigências locais diferenciadas e do ENLACES como perspectiva de construção de um espaço comum latino-americano para responder as exigências de uma educação superior que congregue necessidades globais com os desafios cotidianos dos problemas locais, dá bem a dimensão da importância da internacionalização no papel a ser desempenhado pelas instituições de educação superior.

271

272

273

A verdade é que, não obstante a enorme gama de estudos e os espaços de reflexões nacionais e internacionais, a missão básica da Educação Superior permanece vinculada a quatro objetivos principais:

274

275

276

277

278

279

280

281

- 1- a produção de novos conhecimentos (função de pesquisa);
- 2- a formação de pessoal altamente qualificado (função de ensino);
- 3- a prestação de serviços à sociedade e de socialização do saber produzido (função da extensão);
- 4- a função ética, que inclui a cidadania e a crítica social.

Os debates que têm sido travados deixam claro que face ao avanço da ciência e da tecnologia os representantes dos países industrializados, de há muito conscientes de que o saber, o conhecimento e a informação tornaram-se os elementos motores da

282 sociedade mundial, buscam todas as formas de defesa do acesso universal à Educação  
283 Superior.

284 Mas, não há que confundir informação com conhecimento. Informação é um  
285 conjunto de dados ao qual se tem acesso. O conhecimento pressupõe uma capacidade  
286 crítica de aprendizagem que permite a transformação do arquivo de informações em  
287 conhecimento útil e com capacidade de gerar a transformação.

288 Na área política, esta distinção é essencial para a tomada de decisões e, na  
289 área econômica, a distinção fundamental efetua-se entre quem concebe os produtos  
290 industriais e sua produção. A concepção é diretamente ligada à pesquisa e ao  
291 desenvolvimento baseado sobre a ciência e a codificação do saber teórico, enquanto  
292 que a produção o é muito menos. Quanto mais tecnologia agregada tem um produto,  
293 maior é o seu preço, mais empregos são gerados na sua fabricação. Por isto, os países  
294 ricos investem na pesquisa científica e tecnológica.

295 É evidente que para atingir um estado de maior desenvolvimento endógeno,  
296 auto-sustentável, humano ou apenas para ser independente, os países em  
297 desenvolvimento, em particular os da América Latina, necessitam de mais  
298 conhecimento, de mais tecnologia. O conhecimento é produzido basicamente nas  
299 universidades e quem desenvolve tecnologias são os cidadãos formados nos  
300 estabelecimentos de ensino superior, os cientistas, os engenheiros, os pesquisadores,  
301 os cientistas sociais e os educadores.

302 Assim, a nova política de formação nas universidades, e em especial nas  
303 universidades públicas, que são as que têm um compromisso inarredável com o  
304 atendimento à maioria da população, não pode prescindir de dois elementos  
305 fundamentais: a qualidade e a pertinência. [Contribuição pós-Sessão Presencial: "A  
306 Universidade ATENDE? A Universidade se compromete com a formação do cidadão"](#).

307 Qualidade e pertinência são conceitos interligados e esta última deve medir-se  
308 pela adequação entre o que fazem os estabelecimentos de ensino superior e o que  
309 espera deles a sociedade.

310 Neste marco, a pertinência, a participação na busca de solução aos grandes  
311 problemas da sociedade (erradicação da pobreza, da intolerância, da violência, do  
312 analfabetismo, da deterioração do meio ambiente e das enfermidades), a integração  
313 com o mundo do trabalho onde as necessidades das sociedades sejam consideradas  
314 prioritárias e a contribuição ao desenvolvimento do conjunto do sistema educacional  
315 são essenciais na ação dos estabelecimentos e dos sistemas de ensino superior.

316 O contexto atual da reforma universitária brasileira e os projetos de expansão e  
317 reestruturação em desenvolvimento refletem os compromissos de um governo  
318 empenhado no redirecionamento das políticas sociais associando-as aos objetivos do  
319 milênio e que tem nas suas instituições universitárias a base de sustentação para o  
320 cumprimento da mais fundamental missão da sociedade contemporânea, qual seja o  
321 combate as mais perversas doenças sociais do nosso tempo: a marginalização, a  
322 destruição do planeta e a exclusão social.

323 Neste sentido, é fundamental que a universidade do futuro tenha como  
324 compromisso fazer com que a Educação Superior, tendo a pesquisa como seu princípio  
325 educativo, seja parte integrante e ativa do desenvolvimento cultural, sócio-econômico  
326 e ecologicamente sustentável das pessoas, das comunidades e das nações.

327 Uma Universidade de inclusão social deve participar de maneira decidida da  
328 melhoria qualitativa de todos os níveis do sistema educativo, principalmente no que  
329 tange: à formação com atualização docente; à transformação dos alunos em agentes  
330 ativos de sua própria formação; à promoção da pesquisa sócio-educativa e a  
331 elaboração de políticas públicas no campo da Educação em geral, aí incluído o ensino  
332 fundamental e médio.

333 Com uma proposta marcadamente comprometida com a inclusão social, as  
334 políticas sociais do Governo Federal no campo da educação superior, buscam atender,  
335 entre outros, o princípio da Internacionalidade e interatividade segundo os quais as  
336 universidades e as instituições de educação superior deverão manter colaboração  
337 permanente com outras similares nacionais e internacionais e institutos de pesquisa,  
338 no ensino, na pesquisa e extensão, em distintos projetos de interesse comum,

339 conciliando o caráter universal da ciência e dos valores fundamentais da humanidade  
340 com as características e necessidades locais ou regionais.

341 No momento em que a Educação Superior sofre as influências do processo de  
342 globalização da economia e da conseqüente queda das fronteiras do conhecimento,  
343 mais e mais espaços se abrem para os intercâmbios de conhecimentos seja no nível  
344 do processo de formação no nível de graduação, seja no nível da pós-graduação.

345 O estreitamento das relações culturais intra e interpaíses têm se constituído em  
346 elemento favorecedor da mobilidade acadêmica e da qualidade do processo de  
347 formação.

348

349

### **No campo do planejamento e da avaliação**

350

351

352

353

354

355

356

Na busca de novas alternativas teóricas e metodológicas para o planejamento participativo que têm norteado nossa prática acadêmica insistimos em disseminar em nossa Universidade, a clareza de que tomar o planejamento estratégico apenas na sua visão gerencial não nos levará à obtenção de resultados comprometidos com a mudança, a inovação e a excelência acadêmica. Todos os planos das diferentes áreas serão parecidos entre si, e estará descartada nossa perspectiva de originalidade e de inovação, ou seja. a criatividade do planejamento compartilhado.

357

358

359

360

361

362

Numa perspectiva de entendimento plural e de ampliação dos horizontes do planejamento universitário, não podemos nos satisfazer em identificar missões, objetivos, estratégias de ação, mas sim buscar o autoconhecimento, a associação entre planejamento e avaliação, a fixação de princípios e valores, o espírito participativo e democrático engajados na construção do novo projeto político-institucional para a UFPR, das próximas três décadas.

363

364

365

366

367

368

369

Construir o futuro institucional deve ser resultado de uma prática de participação da comunidade na formulação do conjunto das diretrizes e programas que, respondendo aos interesses e necessidades da comunidade interna e externa, configure um movimento de ação e reflexão capaz de superar a visão tradicional de um planejamento que se traduz por um mero exercício de preencher formulários padronizados e de levar ao aprendizado de uma insípida sequência de passos, por meio dos quais um catecismo é recitado (Diagnóstico, 2003).

370

371

372

373

374

375

376

A melhoria da qualidade da Educação Superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de Educação Superior fazem parte da proposta de avaliação institucional colocada em prática segundo as orientações do SINAES (PORTARIA MEC Nº 2.051/04, art. 1º).

377

378

379

380

O SINAES leva-nos a conduzir estudos que viabilizem um novo olhar sobre a essência de uma proposta de fazer universitário como elemento de sustentação de uma política de qualidade e inclusão social formulando estratégias de ação, que garantam as universidades como espaços públicos de educação e (in) formação de cidadãos.

381

382

383

384

385

386

387

388

Com a CAPES na dimensão da Pós-Graduação foi iniciada a construção de um processo de avaliação há cerca de quarenta anos. Esse processo evolutivo tem qualidade e mérito assegurados por meio de uma sistemática balizada em um conjunto de princípios, critérios de avaliação, instrumentos de coleta de dados e um corpo de consultores pertencente à comunidade científica e por ela indicado. Todo o processo é de fato continuamente modificado e melhorado a partir de propostas e decisões da própria comunidade representada na CAPES.

389

390

391

392

393

394

395

Na pesquisa, igual fenômeno ocorre, com o CNPq e outras agências de fomento como a FINEP, ligadas ao MCT, sempre avaliando a pesquisa em sua qualidade e mérito, a partir do crivo de pares da própria comunidade científica. Mais recentemente, o foco passam a ser as questões de desenvolvimento científico, tecnológico e inovação, lembrando a importância de levar para a sociedade os resultados da produção de conhecimento das universidades.

396 Uma Universidade com menos evasão e mais responsabilidade social por parte  
397 de alunos, professores e servidores se apresenta como exigência do tempo presente  
398 quer seja pelo impacto do conhecimento nos processos formativos, quer seja pela  
399 necessidade da universidade repartir com a população que a criou e mantém os  
400 resultados de suas pesquisas e toda produção do conhecimento que se dá nas salas de  
401 aulas e nos laboratórios, contribuindo assim na formação integral do estudante na  
402 resolução dos problemas locais, regionais e nacionais.

403 A Universidade que defendemos deve estar sintonizada com seu tempo  
404 histórico e responder a pelo menos três questões estratégicas, que norteiam os  
405 debates atuais: a questão da sustentabilidade, da comunicação institucional e da  
406 internacionalização e para tanto é preciso buscar seu novo papel na sociedade do  
407 conhecimento e planejá-la.

408 Segundo Simon Schwartzman, um estudioso da questão universitária, no  
409 mundo globalizado as universidades devem ter padrão internacional. Uma  
410 universidade de padrão internacional desenvolve, além da ciência e da tecnologia,  
411 formação geral, conhecimento e capacidade de entender o que ocorre no País e no  
412 Mundo. Mobilidades docente e discente, inseridas numa universidade de classe  
413 internacional, constituem maneira inteligente de se lidar com a globalização crescente  
414 do ensino superior.

415  
416

### 417 **1.3 – Objetivos e Metas da Instituição**

418

419 O pacto de futuro que a UFPR almeja fazer com a Sociedade coloca em debate  
420 questões como:

- 421 ➤ O modelo de estrutura organizacional;
- 422 ➤ A formação acadêmica do futuro ( novos modelos e tecnologias)
- 423 ➤ O futuro da Pós-graduação e da pesquisa;
- 424 ➤ A comunicação com outros setores da sociedade;
- 425 ➤ Inclusão e excelência acadêmica;
- 426 ➤ Desenvolvimento sustentável;
- 427 ➤ Inovação e visão de futuro
- 428 ➤ Gestão eletrônica;
- 429 ➤ Engajamento institucional de docentes, servidores e alunos;
- 430 ➤ Reestruturação administrativa;
- 431 ➤ Ampliação da liderança acadêmica nos cenários nacional e
- 432 internacional.

433

**Propôs-se discorrer um pouco sobre cada questão acima.**

434

435 O novo Plano Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) para o  
436 Desenvolvimento Nacional (na sequência do período 2007-2010) está em  
437 processo de finalização e constitui importante instrumento de  
438 orientação das ações para as instituições de C,T&I, delineando  
439 programas e direcionando o aporte de recursos necessários de forma  
440 sistêmica e estratégica. Este Plano tem sido produzido com qualidade  
441 de interação entre os atores do Sistema Nacional de C,T&I e auxilia as  
442 colocações do Ministério de Ciência e Tecnologia na discussão da  
443 Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) junto à coordenação sob  
444 responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e  
445 Comércio Exterior (MDIC). Representa um passo importante em direção à  
446 convergência das políticas industrial e tecnológica do País, em uma  
447 orquestração com as demais políticas setoriais estratégicas como a  
448 educação, saúde, agropecuária, energia e defesa. A forte articulação  
449 da política de C,T&I tem permitido o estabelecimento de metas  
450 compartilhadas entre o setor científico e tecnológico e o setor  
451 empresarial com três conjuntos integrados de componentes: os de uma  
452 sociedade cooperativa e com justiça social, os de uma sociedade do  
453 conhecimento e os de uma sociedade em harmonia com a natureza. [Dois últimos  
parágrafos alterados em sua posição, relativamente ao Documento-base]



454 Trata-se do comprometimento institucional com a transformação da Educação  
455 Superior e da Educação Profissional, assegurando qualidade acadêmica e social,  
456 mediante (i) democratização do acesso e flexibilização dos modelos pedagógicos, (ii)  
457 qualidade e avaliação permanentes, e (iii) compromisso social e inovação. São  
458 instrumentos dessa Política:

- 459 ➤ inovação e qualidade acadêmica;
- 460 ➤ expansão de vagas e cursos;
- 461 ➤ rotina de debates, pesquisas e orientações para a revisão dos processos de  
462 formação, a partir das Diretrizes Curriculares da Graduação e da Educação  
463 Profissional, com incentivo às políticas afirmativas, à articulação da  
464 Graduação com a Pós-graduação, à articulação da avaliação da educação  
465 superior com a proposta de Reforma Universitária, e à utilização efetiva dos  
466 recursos das tecnologias da informação e comunicação- TICs e da  
467 educação a distância;
- 468 ➤ autoconhecimento e avaliação institucional;
- 469 ➤ responsabilidade social e pública, justiça e equidade, entendimento  
470 intercultural, internacionalização, mobilidade;
- 471 ➤ Pesquisa e Extensão articuladas com a dimensão curricular do ensino de  
472 Graduação e Pós-graduação;
- 473 ➤ apoio aos estudantes de Graduação e Pós-graduação para participação em  
474 projetos de Pesquisa e de Extensão; socialização dos resultados obtidos,  
475 incluindo bolsas para as atividades formativas, de iniciação científica,  
476 inovação tecnológica, Extensão, mobilidade acadêmica, sanduíche, estágios  
477 e participação em eventos acadêmicos, culturais e científicos;
- 478 ➤ agendas de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento  
479 sustentável e que diminuam a distância entre países desenvolvidos e em  
480 desenvolvimento;
- 481 ➤ redes intra- e extra-UFPR de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento e  
482 inovação, integrando-as às atividades pedagógicas em todos os níveis;
- 483 ➤ expansão, com qualidade, dos ensinamentos de Graduação, Educação Profissional  
484 e Pós-Graduação;
- 485 ➤ proteção da propriedade intelectual e incentivo à transferência de  
486 tecnologia para a Sociedade;
- 487 ➤ entendimento da Extensão como processo educativo, cultural e científico.

488

### 489 **1.3.1 – Descrição dos objetivos e quantificação das metas**

490

491

SUPRIMIDOS por ora. Sessão Presencial encaminhou por aguardar-se a quantificação das metas a serem apresentadas nos capítulos específicos, especialmente a partir do Módulo VI, para então, na Sessão Presencial Módulo I-bis (junho de 2011), definir-se os objetivos e quantificar-se as metas que integrarão este Capítulo *Perfil Institucional*.

494

495

Presentes propuseram a EXTINÇÃO DE RANKING, ou seja, que a UFPR não pautasse suas metas buscando colocar-se nesta ou naquela posição comparativamente às demais Universidades.

496

497

498

## 499 **1.4 – Áreas de atuação acadêmica**

500

501

Ensino de Graduação e Pós-Graduação *stricto sensu*, incluindo as Modalidades Ensino Profissional e Tecnológico e Educação a Distância, soma-se à Pós-Graduação *lato sensu*, à Residência Médica e ao contínuo exercício da Pesquisa e da Extensão universitária, assim consolidando a responsabilidade institucional com a apropriação do conhecimento e a formação de profissionais competentes e integrados à Sociedade. As práticas acadêmicas são, portanto, muito diversificadas, contemplando a formação de recursos humanos em todas as Grandes Áreas do Conhecimento (*sensu* CNPq):

504

505

506

507

508 Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Ciências da Vida, e Ciências Exatas e da Terra e  
509 Engenharias. A desenvolver:

510

511 - Entendimento havido é de que devam ser Áreas DO CONHECIMENTO em qua a  
512 Instituição atua. Talvez uma tabela de Cursos G, PG e Grupos de Pesquisa (e Projetos  
513 de Extensão?) por Área;

514

515 - Aprimorar os itens qualitativos sobre quantitavos, ou seja, programas e ações mais  
516 que números. Exemplos: Educação a Distância e Programas de Educação Continuada  
517 em vez de número de alunos; Cursos de Capacitação e Qualificação, em vez de  
518 número de servidores; assistência e apoio estudantis, e ofertas de Residências  
519 (multiprofissional, Veterinária, Engenharias...), mais que número de estudantes; notas  
520 de avaliação de PPGs, mais que seu número.

521

522 - Assumir que crescimento não é necessariamente em número, mas em qualidade.

523

524 Observações pós-Sessão Presencial:

525 - uma vez que a "indissociabilidade" está prevista na Constituição, melhor citar em  
526 termos de "a efetiva indissociabilidade ou a permanente discussão da prática da  
527 indissociabilidade..... ou a visibilidade da indissociabilidade nas ações de.....";

528 - "Atendimento", ref. Extensão: cautela no uso do termo. Amadurecer melhor.

529